

A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SUA INFLUÊNCIA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA PM DE ALAGOAS

Joyce de Oliveira Bezerra ¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar aspectos pontuais da Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com direcionamento voltado para os processos metodológicos, áreas temáticas e outros elementos pedagógicos propostos como parâmetro sugestivo a ser seguido pelas Instituições de Ensino do sistema de segurança pública, como importante instrumento de padronização e profissionalização do ensino em segurança pública no Brasil. Dentro desta perspectiva, apresenta-se a presença da Matriz na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de formação de oficiais e de praças da Polícia Militar de Alagoas, sendo um marco importante na revisão de conteúdos e metodologias de ensino. A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se em pesquisa do tipo bibliográfica e documental, com referência a autores relacionados ao ensino policial e ícones educacionais como Paulo Freire. Foi realizada análise do tipo documental, tanto dos conteúdos presentes na Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública da Senasp, como também dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Formação de Oficiais e Praças da Polícia Militar de Alagoas, publicados no Boletim Geral Ostensivo da instituição.

Palavras-chave: Matriz Curricular Nacional; Ensino em Segurança Pública; Polícia Militar de Alagoas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar aspectos pontuais da Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com direcionamento voltado para os processos metodológicos, áreas temáticas, currículos e outros elementos propostos como parâmetro sugestivo a ser seguido pelas Instituições de Ensino do sistema de segurança pública. Objetiva-se trazer à análise de forma sucinta o ensino militar em Alagoas, a partir da leitura e interpretação dos conteúdos dos projetos pedagógicos dos cursos de formação de oficiais e de praças. A importância deste marco reflete-se na clara intenção em formar policiais mais preparados tecnicamente e conhecedores de seu papel perante a sociedade.

¹Oficial da Polícia Militar, doutoranda em Educação pela Universidade Federal - AL, joyce_ob@yahoo.com.br;

A palavra “matriz” remete às ideias de “criação” e “geração”, que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar as práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, propiciando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. (BRASIL, 2003)

Conforme Cordeiro e Gimenez (2014), este documento viria, então, substituir as “Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão” (1998). Primeiro referencial curricular elaborado pela Senasp, após a Constituição Federal de 1988, com o objetivo de auxiliar a homogeneização dos currículos dos cursos de formação e o planejamento curricular e de assegurar a unidade de pensamento e ação a partir da inclusão de temas como: direitos humanos e polícia comunitária.

Assim, a Matriz Curricular Nacional traz orientações teórico-metodológicas que servem de referencial para que educadores e técnicos possam planejar, realizar e acompanhar as ações de formação e capacitação dos profissionais da área de segurança pública. O referencial teórico-metodológico da Matriz está calcado em um paradigma que concebe a formação e a capacitação como um processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências. Ele busca estimular os profissionais da área de segurança pública a buscarem atualização profissional, relacionada à área de atuação e ao desempenho das funções, necessária para acompanhar as exigências da sociedade contemporânea, tornando-se profissionais competentes e comprometidos com aquilo que está no campo de ação das suas práticas profissionais (SCHÖN, 2000).

A Matriz Curricular Nacional traça um caminho para se atingir um objetivo, apresenta os processos metodológicos como um conjunto de procedimentos lógicos de acordo com uma concepção de ensino que possibilita a articulação coerente dos diferentes elementos didáticos: conteúdos, objetivos, métodos/técnicas, recursos didáticos e processos avaliativos.

Os processos metodológicos devem partir da premissa de “como se deve aprender?” Através do método. Este traz, dentro de si, a ideia de uma direção com a finalidade de alcançar um propósito, não se tratando, porém, de uma direção qualquer, mas daquela que leva de forma mais segura à consecução de um propósito estabelecido. O método é entendido como um conjunto de regras e normas prescritas visando à orientação do ensino e do estudo.

Percebe-se, no Brasil, que o incremento de ações formativas sistematizadas é muito recente. Poncioni (2013) traça uma linha do tempo indicando marcos importantes do processo evolutivo da educação em segurança pública no Brasil. Destacam-se, nesse contexto, a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública (2003) , o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (2007) e a Matriz Curricular Nacional para o Ensino Policial da Senasp (2003). Esta última foi aprimorada ao longo dos anos, tendo sua última versão publicada em 2014, com a nomenclatura Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública. Em relação à Matriz, a autora observa que:

A criação da Matriz Curricular Nacional para o ensino policial parece finalmente alçar a formação profissional de policiais à agenda governamental, com o status de uma política pública, considerando-se o lugar privilegiado na escolha de alternativas e propostas para a problemática que envolve o desempenho de policiais para a efetivação de uma segurança pública “cidadã” no país. (PONCIONI, 2013, p.4)

Baseando-se nas afirmações anteriores e visualizando a segurança pública com seus diversos atores (como exemplo temos as polícias militares, polícias civis e corpos de bombeiros militares), acredita-se realmente que a Matriz Curricular Nacional colaborou na construção de um ensino que procura enfatizar a importância de práticas profissionais, respaldadas pela técnica dentro das instituições de segurança pública.

Outro paradigma orientador dos currículos e eixos temáticos na formação profissional no Brasil em termos de segurança pública, são os compromissos internacionais assumidos pelo nosso país com a reabertura democrática a partir de 1990, merecendo destaque a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993 , culminando na elaboração e aprovação através de Decreto Executivo dos Programas Nacionais de Direitos Humanos de 1996, 2003 e 2009 (SANTOS, 2014).

O Programa Nacional de Direitos Humanos aprovado em 2010, o qual complementou e incrementou temáticas tratadas nos dois programas anteriores, estrutura-se em eixos orientadores que se apresentam como um conjunto de assuntos de DH considerado fundamental para adoção de políticas de Governo em matéria de direitos humanos (BRASIL, 2009).

As situações elencadas aqui acabaram influenciando no direcionamento adotado pela Matriz Curricular Nacional da Senasp, contemplando temas imbrincados com a garantia dos direitos humanos. Neste sentido:

A tendência das últimas décadas orienta-se para uma educação policial capaz de reconhecer o valor da pessoa humana e sua dignidade, num contexto de conhecimento, de respeito e de exercício dos direitos dos cidadãos, sejam eles os próprios policiais, seja a população como um todo. (BRASIL, 2014, p.7)

Alinhado aos ditames propostos na Matriz Curricular da Senasp propõe-se uma formação que desenvolva nos profissionais a capacidade de dialogar com a população, visto estar comprovada a grande proporção de ocorrências de natureza não criminal, envolvendo conflitos interpessoais passíveis de serem solucionados mediante o exercício da mediação.

Diante dos autores visitados, percebe-se que, num contexto geral, a política governamental brasileira quanto à educação em segurança pública prima, ao menos em suas bases teóricas, por metodologias, currículos e formação de natureza humanística, capaz de despertar no agente de segurança pública a capacidade critico-reflexiva aliada a habilidades profissionais adquiridas.

A Matriz apresenta-se dinâmica e flexível, pois possibilita profunda comunicação entre os eixos articuladores e áreas temáticas. Isto proporciona a “visualização tanto de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública como de conteúdos que atendam às peculiaridades regionais” (BRASIL, 2014, p. 41).

É preciso salientar primeiramente que as áreas temáticas encontram-se interligadas aos eixos articuladores e a intenção dessa concatenação fica muito clara no seguinte trecho:

Segundo a professora Valdemarina, os saberes teóricos contidos nas áreas temáticas, inseridos em contexto mais amplo nas diferentes disciplinas e na cultura de segurança pública, são indissociáveis dos saberes práticos, que são originados das experiências cotidianas da profissão e adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho, dos quais podemos distinguir “os saberes sobre a prática” (saberes procedimentais sobre o “como fazer”) e “os saberes da prática” (produto das ações que tiveram êxito e o saber “quando” e “onde” os saberes podem ser aplicados). (CORDEIRO; GIMENEZ, 2014, p.36)

A professora Valdemarina foi uma das idealizadoras da primeira versão da Matriz Curricular Nacional publicada no ano de 2003 e pregava justamente a interdisciplinaridade entre matérias curriculares consideradas eminentemente teóricas com disciplinas consideradas práticas. Quanto às áreas temáticas dispostas na Matriz, temos que “devem contemplar os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da área de segurança pública e sua capacitação para o exercício da função” (BRASIL, 2014, p. 44).

A Matriz propõe a interdisciplinaridade dos conteúdos ministrados, estabelecendo eixos articuladores das ações formativas bem como princípios de natureza ética, educacional e didático-pedagógica. Destacam-se quanto aos princípios didático-pedagógicos a “valorização do conhecimento anterior”, a “universalidade” com o fito de padronizar o ensino e a “interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes” (BRASIL, 2014, p. 39).

Pode-se dizer, portanto, que os conhecimentos e vivências dos alunos anteriores à formação devem ser considerados, bem como a interligação entre as variadas disciplinas ofertadas no currículo. Além disso, há o incentivo à participação do discente, quando se fala em “reconstrução democrática de saberes”. Foge-se da lógica formativa de conceber meros executores de ordens e há o reconhecimento da complexidade inerente à atividade policial em contextos democráticos. Essa perspectiva visa justamente romper com as práticas formativas autoritárias atribuídas à estrutura militar das polícias. A esse respeito, Freire esclarece:

A desconsideração total pela formação integral do ser humano e a sua redução a puro treino fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo. Nesse caso, falar a, que na perspectiva democrática é um possível momento do falar com, nem sequer é ensaiado. (FREIRE, 2013, p.113)

A dinâmica expressa pela Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) propõe justamente o “falar com”. Isto não prejudicaria os pilares da hierarquia e disciplina inerentes ao escalonamento militar, mas propiciaria um amadurecimento institucional, na medida em que das discussões travadas em sala de aula entre alunos e professores podem surgir ideias inovadoras ao exercício profissional policial.

Objetivando a possibilidade de arranjos curriculares diferentes, a primeira versão da MCN trouxe dois componentes estruturantes: os eixos articuladores e as áreas temáticas, produtores de intocáveis relações a serem estabelecidas a partir deles e entre eles, que acentuam o critério de atualidade na elaboração dos currículos específicos e oportunizam o respeito às diversidades existentes no país, bem como a inclusão de padrões de qualidade na abordagem de pontos comuns que necessitam ser reforçados.

À orientação da construção de currículos, a partir de eixos articuladores e áreas temáticas, associam-se orientações para o desenvolvimento de capacidades gerais adquiridas progressivamente e de competências específicas necessárias para responder aos desafios sem precedentes das ações concretas do mundo do trabalho (BRASIL, 2003).

Com relação aos eixos articuladores, a Matriz reúne um conjunto de conteúdos de natureza transversal definidos por sua coerência nas discussões sobre segurança pública e por incluírem problemáticas sociais de abrangência nacional. Os eixos articuladores devem conduzir ao “desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se as finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo” [...] (BRASIL, 2014, p. 41).

Tem-se os seguintes eixos articuladores (BRASIL, 2014, p. 41): Sujeitos e Interações no Contexto da Segurança Pública; Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; Diversidade Étnico-sociocultural, Conflitos e Segurança Pública.

Em suma, o objetivo dos eixos articuladores é a construção de currículos que contemplem disciplinas capazes de interagir entre si, tornando possível a transversalidade, numa prática pedagógica transdisciplinar, produzindo conhecimentos capazes de desenvolver habilidades não apenas teóricas, como também atitudinais.

É preciso considerar que os objetivos apresentados na Matriz Curricular Nacional é realizar um processo de regulação suficiente para padronização do ensino nas instituições de segurança pública no Brasil e em Alagoas, a Polícia Militar incorporou os ditames da Matriz em seus projetos pedagógicos do Curso de Formação de Praças e do Curso de Formação de Oficiais, como será observado em momento oportuno.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se em pesquisa do tipo bibliográfica e documental, com referência a autores relacionados ao ensino policial e ícones educacionais como Paulo Freire. Foi realizada análise do tipo documental, tanto dos conteúdos presentes na Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de segurança pública da Senasp, como também dos Projetos Pedagógicos dos cursos de formação de oficiais e de praças da Polícia Militar de Alagoas, publicados no Boletim Geral Ostensivo da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças, publicado no Boletim Geral Ostensivo da Corporação nº 202 em 04 de novembro de 2021 reserva tópico específico para tratar das áreas temáticas, trazendo primeiramente a conceituação e logo após detalhando de forma resumida porém, conforme preceitos extraídos da Matriz Curricular cada uma das áreas contempladas e que são imprescindíveis à construção dos currículos formativos. Além disso, também contempla as dimensões da competência que devem ser desenvolvidas ao longo da formação, baseadas em conhecimentos, habilidades e atitudes, o que refletirá nas decisões profissionais se bem trabalhadas nesse momento do ingresso na carreira.

Interessante observar que o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças contemplou uma Área Temática complementar na qual foram incluídos seminários, palestras visitas e vivências em unidades especializadas com o fito de proporcionar ao aluno conhecimento técnico- profissional além dos já dispostos anteriormente (PMAL, 2021).

O Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais também reserva como marco estrutural do Curso os eixos articuladores baseados na Matriz Curricular Nacional da

SENASP, a qual estabelece ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública. Cita cada eixo e área temática, explicitando cada item.

Já o Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais de 2017, publicado no Boletim Geral Ostensivo de 13 de julho de 2018, além das disciplinas que compõem as áreas temáticas prevê o desenvolvimento de atividade prática profissional que objetiva enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento de competências profissionais, socialmente contextualizadas, por meio de experimentos e vivências acadêmicas, internos ou externos ao complexo da Academia de Polícia Militar.

São atividades que se caracterizam pela aproximação com o cotidiano profissional policial militar. Portanto, elas tentam garantir uma práxis reflexiva que promova a utilização crítica e criativa dos conhecimentos e não se restrinja ao simples acúmulo de informações no contexto da sala de aula. Estão distribuídas no currículo em atividades práticas simuladas, projetos de atendimento à comunidade, prática de gestão de serviços operacionais e estágios.

As atividades práticas estão previstas no calendário de curso, acontecem durante o ano letivo, objetiva uma articulação entre teoria e prática, e atende ao princípio da interdisciplinaridade, principalmente por meio da prestação de serviços à sociedade, em atividades de policiamento ostensivo e nas atividades administrativas que caracterizam a rotina de serviço interno de uma unidade e dos procedimentos administrativos. As experiências vivenciadas são registradas e discutidas em conjunto com os professores das diversas áreas e oficiais coordenadores de curso, com o propósito de suscitar a análise crítica para os atores sociais que interferem nos resultados da atividade policial, dirimir dúvidas e propor novas abordagens para a solução de problemas.

Compõem a prática profissional as seguintes atividades: Práticas de gestão e planejamento através do desempenho das funções de P/1, P/2, P/3 e P/4 (relacionados à confecção de escalas de serviço, levantamento de patrimônio, inteligência e operações), e serviços externos como policiamento em eventos culturais, esportivos, dentre outros, tudo atribuição da Companhia Acadêmica; Serviços internos de guarda de quartel; Estágios operacionais e administrativos coordenados.

O que vale observar de ambos os projetos pedagógicos (de formação de oficiais e de praças) é que são publicados em Boletim Ostensivo antes de o curso iniciar, no entanto, normalmente, os alunos só ingressam depois e sem acesso inicial aos sistemas da PMAL, não

são entregues aos alunos no início das aulas. São informações importantes para a formação policial no qual o militar tem o direito de receber.

No Projeto Pedagógico do curso de formação de praças tem-se uma Malha curricular com carga horária de 1368 horas, “realizada prioritariamente na modalidade presencial e opcionalmente na modalidade de ensino a distância, conforme a necessidade” (PMAL, 2021, p. 14). Além disso, a malha possui 28 (vinte e oito) componentes curriculares, todos de natureza obrigatória. O Projeto Pedagógico contempla ainda um tópico reservado aos eixos articuladores e áreas temáticas, tal como estabelecido na Matriz Curricular da Senasp.

No Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais, a carga horária é de 4815 horas distribuída ao longo de três anos de formação (PMAL, 2018). O currículo do Curso de Formação de Oficiais contempla as proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de nível superior atendendo as definições legais da carga horária mínima que regulamenta os cursos de graduação e as orientações didáticas-pedagógicas contidas na Matriz Curricular Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, organizando os componentes curriculares por meio de áreas temáticas e eixos articuladores.

No ano de 2016, a Academia de Polícia Militar observou a necessidade de um ajuste na malha curricular do curso de maneira a atender às necessidades da formação do oficial da Polícia Militar e otimizar o tempo da gestão acadêmica.

Assim, através de uma comissão de estudo nomeada pelo comando da APM, com participação de professores, coordenador do curso, assessoria pedagógica e psicológica e demais gestores do ensino, combinada com a participação de discentes do curso por meio da avaliação institucional, foi possível reestruturar uma nova malha curricular que passou a vigorar nesse ano. Desta forma, sugeriram ou aglutinaram alguns componentes curriculares. Em razão dessa reestruturação, considerou-se oportuno a revisão e atualização do conteúdo programático de todas as disciplinas do currículo, com a participação ativa do corpo docente orientado pela Diretoria Técnica de Ensino/APM.

Tais mudanças resultaram na alteração das áreas temáticas, buscando alinhamento com a Matriz Curricular Nacional (SENASP/MJ), abrigando disciplinas e conteúdos de uma mesma área de conhecimento.

Pelas breves reflexões trazidas, observa-se que tanto a formação dos oficiais quanto a formação das praças da Polícia Militar de Alagoas, seguem formalmente as diretrizes irradiadoras da Matriz Curricular da Senasp, o que considera-se um avanço positivo no ensino policial militar alagoano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar que os objetivos apresentados na Matriz Curricular Nacional é realizar um processo de regulação suficiente para padronização do ensino nas instituições de segurança pública no Brasil.

Vale dizer que a regulação promovida pela diretriz nacional, ao definir o perfil da área de estudo, estabelecendo os componentes curriculares da área, contendo as ementas das disciplinas e o equivalente ao plano de ensino de cada uma delas, auxiliam as instituições de ensino de segurança pública a ter um direcionamento no processo de ensino e agora, com caráter obrigatório, a partir da promulgação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, favorecendo esse alinhamento em todas as esperas: federal, estadual e municipal.

A Polícia Militar de Alagoas vem adotando a Matriz Curricular da Senasp como norteadora de suas práticas educacionais desde 2016 tanto no Curso de Formação de Oficiais quanto no Curso de Formação de Praças e mesmo com a atualização e recente publicação do projeto pedagógico do Curso de Formação de Praças em 2021, manteve como alicerce fundamental de suas diretrizes de formação a mesma Matriz, demonstrando o alinhamento com as determinações gerais de cunho nacional, mas acima de tudo, o esforço em padronizar, legitimar e profissionalizar o ensino em segurança pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/01/matriz-curricular-nacional-para-acoes-formativas-dos-profissionais-de-area-de-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 19 Jun 2022.



BRASIL, Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para a formação em Segurança Pública**. Disponível em: http://uece.br/labvida/dmdocuments/matriz_curricular_2002.pdf Acesso em: 29 Jan 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. **Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 20 Jun2022.

CORDEIRO, Bernadete; GIMENEZ, Rose Mary. Para que a vida siga adiante...as contribuições da Professora Valdemarina na concepção teórico-metodológica da Matriz Curricular Nacional e a proposta de atualização. *In*: Segurança, Justiça e Cidadania/Ministério da Justiça. **Educação Policial**. Ano 4, n.7. Brasília: Senasp, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/revista-7.pdf>. Acesso em: 29 jan 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

PMAL. Boletim Geral Ostensivo nº 202 de 04 de Novembro de 2021. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças**. Disponível em: [file:///C:/Users/04596783454/Downloads/PMAL%20-%20BGO%20n202-04Nov21%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/04596783454/Downloads/PMAL%20-%20BGO%20n202-04Nov21%20(3).pdf). Acesso em: 19 Jun 2022.

PMAL. Boletim Geral Ostensivo nº 129 de 13 de julho de 2018. Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais. Disponível em:



<file:///C:/Users/04596783454/Downloads/PMAL%20-%20BGO129-13Jul18.pdf>. Acesso em: 19 Jun 2022.

PONCIONI, Paula. Governança democrática da segurança pública. O caso da educação policial no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v.13, n.1, enero-abril, 2013, pp.48-55. Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74227897004>
Acesso em: 29 jan 2019.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Dilemas do ensino policial: das heranças às pistas inovadoras. *In*: Segurança, Justiça e Cidadania/Ministério da Justiça. **Educação Policial**. Ano 4, n.7. Brasília: Senasp, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/revista-7.pdf>. Acesso em: 29 jan 2019.